

XIII PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO

INSTRUÇÕES GERAIS

01. Leia com atenção todas as instruções deste **Caderno de Questões**.
02. Este **Caderno de Questões** só deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal de Sala.
03. Assine neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
04. Verifique se este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
05. A prova terá duração de 03 (três) horas. Você só poderá sair do Local de prova 1h30min após o seu início.
06. Ao receber o Cartão de Resposta, **confira o número do CPF e assine no local apropriado. É de suma importância que você assine sem ultrapassar a linha.**
07. Em hipótese alguma lhe será concedido outro Cartão de Resposta.
08. Marque suas respostas no Cartão de Resposta utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, preenchendo completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo:
09. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha no Cartão de Respostas de Questões Objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita do Caderno de Questões para o Cartão de Respostas.
10. A correção das provas será efetuada considerando-se apenas o conteúdo do Cartão de Respostas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, açãone o Fiscal e devolva ao mesmo o Cartão de Respostas.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do candidato:

**XIII PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE
DIREITO**

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. “Administração não age em nome próprio e por isso nada mais justo que o maior interessado - o cidadão - tenha acesso ao que acontece com seus direitos de modo que o administrador público deve atuar de forma plena e transparente.” (Carvalho, Matheus. Curso de Direito Administrativo.12 ed. Ed. Juspodvm. 2024, pág.79). O conceito acima transcrito diz respeito ao princípio da:

- A) Moralidade
- B) Legalidade
- C) Publicidade
- D) Eficiência
- E) Impessoalidade

2. No que diz respeito à Supremacia do Interesse Público, é INCORRETO afirmar que:

- a) As condutas estatais têm como finalidade a satisfação das necessidades coletivas.
- b) A Administração Pública não pode revogar seus atos quando inoportunos ou inconvenientes.
- c) Gera prerrogativas ao ente público, tal como a possibilidade de alterar unilateralmente os contratos administrativos.
- d) Vige a presunção de legalidade dos atos administrativos.
- e) As Pessoas Jurídicas de Direito Público gozam de privilégios tributários previstos na Constituição Federal.

3. Quanto ao Poder Regulamentar, assinale o item INCORRETO:

- a) Traduz-se no poder conferido à Administração Pública de expedir atos administrativos gerais e abstratos.
- b) Não se trata de poder para edição de leis, mas sim de atos complementares à lei.
- c) A lei é fonte primária do Direito Administrativo e somente ela estabelece regras, em caráter inicial, que obrigam toda a Administração Pública.
- d) Regulamentos são capazes de inovar no ordenamento jurídico, criando ou extinguindo direitos e obrigações a todos os cidadãos.
- e) Regulamentos executivos são aqueles editados para fiel execução de lei.

4. Em relação às autarquias, é VÁLIDO asseverar que:

- a) São pessoas jurídicas de direito público.
- b) Não se sujeitam ao controle finalístico exercido pelo ente que as instituiu.
- c) Possuem caráter econômico, atuando no regime de concorrência.
- d) Não gozam de privilégios processuais.
- e) Estão impedidas de cobrar taxas e demais tributos no exercício do poder de polícia.

5. Em relação aos atos administrativos, os tribunais superiores sumularam o seguinte enunciado:

- a) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União não se asseguram contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado.

- b) É legal condicionar a renovação de licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.
- c) É constitucional o veto imotivado à participação de candidato à concurso público.
- d) A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- e) A administração pública não pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais.

6. Quanto à responsabilidade civil extracontratual do Estado, é LÍCITO asseverar que:

- a) De acordo com o art. 37, §6º da CF/88: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) A teoria do Risco Administrativo dispõe que o Estado não deve arcar com os riscos criados em decorrência de sua atuação.
- c) Não se admitem excludentes de ilicitude na teoria do risco administrativo.
- d) No Brasil, inexistem hipóteses de aplicação da teoria do risco integral.
- e) O Estado não pode, em hipótese alguma, ser responsabilizado por atos omissivos.

7. São forma de extinção do ato administrativo, EXCETO:

- a) Anulação
- b) Revogação
- c) Renúncia
- d) Extinção Natural

- e) Publicação

DIREITO CONSTITUCIONAL

8. Com relação aos remédios constitucionais previstos na Constitucional Federal, aponte a ação que assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público:

- a) Habeas Corpus
- b) Mandado de Injunção
- c) Mandado de Segurança
- d) Habeas Data
- e) Ação Popular

9. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal, em seu artigo 1º traz os cinco fundamentos da República Federativa do Brasil, são eles:

- a) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- b) A cidadania, o voto secreto, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a independência política.
- c) A cidadania, o voto secreto, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a independência política.
- d) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a independência política e a responsabilidade civil do estado.

e) O voto secreto, a cidadania, a independência política, a dignidade da pessoa humana e a responsabilidade civil do estado.

10. Com relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa que não traz um princípio assegurado à instituição do tribunal do júri:

- a) a plenitude de defesa
- b) a legítima defesa da honra
- c) o sigilo das votações
- d) a soberania dos veredictos
- e) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida

11. Súmulas vinculantes são enunciados aprovados, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos membros, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional. Tem competência para editar súmulas vinculantes:

- a) todos os tribunais superiores
- b) STJ e STF
- c) Apenas o STF
- d) Tribunais de Justiça e STJ
- e) STJ, STF e TST

12. A ação de “habeas corpus” visa resguardar a liberdade de locomoção do indivíduo, seu direito de ir e vir livremente. Em razão disso, assinale a alternativa correta.

a) O “habeas corpus” pode ser preventivo quando alguém se achar sob ameaça de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, bem como, pode ser repressivo, quando alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

b) O “habeas corpus” pode ser preventivo, quando alguém se achar sob ameaça de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, mas não repressivo.

c) O “habeas corpus” deve ser preventivo-repressivo simultaneamente, pois alguém pode estar sofrendo ameaça e coação ao mesmo tempo.

d) O “habeas corpus” pode ser repressivo, quando alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, mas não preventivo.

e) O “habeas corpus” não pode ser preventivo, nem repressivo, pois ele assegura a liberdade de locomoção enquanto princípio.

13. Com relação ao processo de aprovação de emenda constitucional, sabe-se que há diversas limitações impostas pelo constituinte originário, como por exemplo: “a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio”. Sendo assim, considerando o conceito de cláusulas pétreas como os dispositivos que não podem ser abolidos por emenda constitucional, assinale quais são as cláusulas pétreas elencadas no art. 60, §4º da Constituição Federal.

- a) A forma federativa de Estado; o asilo político; a separação dos Poderes; os direitos coletivos.
- b) O asilo político; o voto direto, universal e periódico; a separação dos Poderes; as ações individuais.
- c) A forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.
- d) As ações individuais e coletivas; o asilo político; a separação dos poderes.

e) A forma federativa de Estado, o asilo político; as ações coletivas.

14. Com relação aos sistemas de controle judicial de constitucionalidade adotados no Brasil, o controle de constitucionalidade pode ser difuso ou concentrado. Assinale a alternativa que traz o conceito do sistema de controle difuso de constitucionalidade.

a) Recebe tal denominação pelo fato de concentrar-se em um único tribunal. Pode ser verificado através de cinco ações: ADI, ADC, ADPF, ADO e ADI Interventiva.

b) Significa a possibilidade de qualquer juiz ou tribunal, observadas as regras de competência, realizar o controle de constitucionalidade. Verifica-se em um caso concreto e a declaração de inconstitucionalidade dá-se de forma incidental.

c) Significa que unicamente o STF poderá realizar o controle de constitucionalidade, tratando-se de controle de lei ou ato normativo em tese, em abstrato, marcado pela generalidade, impensoalidade e abstração.

d) Recebe tal denominação porque se trata de um controle difundido para os três poderes e para a sociedade, podendo ser exercido pelo Judiciário, através unicamente do STF, do Legislativo, através do Congresso Nacional, do Executivo, através do Presidente da República, além da iniciativa popular.

e) Significa que unicamente o STJ poderá realizar o controle de constitucionalidade, tratando-se de controle de lei ou ato normativo em tese e em abstrato, sendo a inconstitucionalidade decidida de forma principal.

15. Com relação a declaração de inconstitucionalidade em âmbito dos tribunais, o art. 97 da Constituição Federal

traz o conceito de cláusula de reserva de plenário, que significa que:

a) Os tribunais somente podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

b) Os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público de forma monocrática, ou seja, através do relator do recurso.

c) Os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto de maioria relativa de seus membros, dispensada para o órgão especial.

d) Os tribunais não podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, devendo remeter o recurso ao STF.

e) Somente os tribunais superiores podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, desde que o façam pela maioria relativa de seus membros.

16. O poder constituinte originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo a ordem jurídica precedente. Assinale a alternativa que apresenta características do poder constituinte originário.

a) Secundário, decorrente, limitado e condicionado

b) Inicial, decorrente, soberano e condicionado

c) Inicial, autônomo, ilimitado, incondicionado e soberano

d) Reformador, soberano, limitado e subserviente

e) Secundário, limitado, incondicionado e reformador

17. Assinale a alternativa que não traz um órgão integrante do Poder Judiciário:

- a) O Conselho Nacional de Justiça
- b) Os Tribunais e Juízes Eleitorais
- c) O Tribunal Superior do Trabalho
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público
- e) Os Tribunais e Juízes Militares

DIREITO CIVIL

18. Sobre o casamento civil, conforme o Código Civil, responda:

- a) o casamento possui a habilitação gratuita para todas as pessoas.
- b) o homem e a mulher com treze anos podem casar.
- c) os afins em linha reta podem se casar.
- d) o adotado com o filho do adotante podem se casar.
- e) o casamento é civil e gratuita a sua celebração.

19. Com base no Código Civil, assinale a resposta correta.

- a) a coisa certa será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- b) nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- c) se a prestação do fato tornar-se impossível com culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.

d) extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, com culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

e) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

20. Sobre a prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) é anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- b) a prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- c) prescreve em um ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- d) deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida pelas partes.
- e) prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas ilíquidas constantes de instrumento público ou particular.

21. No tocante ao pagamento das obrigações, marque a resposta correta.

- a) considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais.
- b) a sub-rogação opera-se, após anuência do devedor, em favor do credor que paga a dívida do devedor comum.
- c) a pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, não tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.

d) o credor não pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.

e) dá-se a novação quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este ainda em débito com o credor.

22. Sobre as pessoas naturais, responda a alternativa incorreta.

a) a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

b) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 14 (quatorze) anos.

c) são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os pródigos.

d) a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

e) a existência da pessoa natural termina com a morte.

23. De acordo com o Código Civil, marque a alternativa correta:

a) a sucessão dá-se somente por disposição de última vontade.

b) havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da 1/5 da herança.

c) morrendo a pessoa sem testamento, não transmite a herança aos herdeiros legítimos.

d) a sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.

e) em nenhuma hipótese, a companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável.

24. Sobre a propriedade, responda a assertiva incorreta.

a) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reaver-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

b) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.

c) são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

d) o proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nella houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

e) os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25. Sobre a audiência de conciliação ou mediação, conforme regras previstas no CPC/15, marque a alternativa correta:

a) A audiência, em regra, deve ser sigilosa e sem a presença dos advogados.

b) Como regra, no procedimento comum, a audiência de conciliação é o primeiro ato processual a ser praticado, após a decisão inicial do magistrado recebendo a petição inicial.

c) A audiência não será realizada se qualquer das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual, independente do desejo da parte contrária.

d) A audiência de conciliação ou de mediação não pode realizar-se por meio eletrônico.

e) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração genérica.

26. Acerca das normas fundamentais positivadas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluindo a atividade satisfativa (processo de execução, por exemplo).

b) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé subjetiva, honra e probidade.

c) Em nenhuma hipótese se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente intimada para se manifestar em 05 dias.

d) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, vedada a prática da arbitragem.

e) O processo começa e se desenvolve por iniciativa da parte.

27. Segundo disposições expressas do CPC/15 acerca da Gratuidade da Justiça, marque a alternativa INCORRETA:

a) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

b) Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos.

c) A pessoa natural ou jurídica tem presunção absoluta de necessidade para concessão da

justiça gratuita, desde que junte a declaração de hipossuficiência.

d) O juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais.

e) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelo pagamento das multas processuais a ele cominadas.

28. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

a) Indeferir a petição inicial.

b) Reconhecer a existência de litispendência.

c) Homologar a desistência da ação.

d) Julgar parcialmente procedente o pedido da parte autora.

e) Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

29. Assinale a alternativa que NÃO corresponde ao regramento processual sobre as nulidades:

a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato mesmo se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

c) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam.

e) Ao pronunciar a nulidade, o juiz não precisa declarar os atos que estão sendo

atingidos, já que todo o processo será nulo, sempre.

30. Sobre a sentença e os elementos que a compõem, assinale a alternativa correta:

- a) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar à reprodução da letra de lei, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.
- b) É facultado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- c) a fundamentação é elemento essencial da sentença, nela conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
- d) O relatório da sentença pode ser dispensado, a critério do juiz, independente do rito processual seguido.
- e) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração, mas por erro material.

31. Sobre a audiência de instrução, assinale a alternativa que guarda relação com as disposições do CPC/15:

- a) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, apenas se não tiver sido empregado anteriormente outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.
- b) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, em primeiro lugar, as testemunhas arroladas pelo réu.

d) A audiência é una e contínua, não podendo ser cindida, mesmo no caso de ausência de perito ou de testemunha.

e) A audiência não poderá ser adiada por convenção das partes.

DIREITO PENAL

32. Sobre a aplicação da lei penal, marque a errada:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo houver sentença transitada em julgado.
- d) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- e) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

33. Sobre a teoria geral do crime, marque a correta:

- a) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia, mas não podia agir para evitar o resultado.
- b) Diz-se crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- c) Diz-se crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias inerentes à vontade do agente.

d) Em qualquer hipótese se pune a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado.

e) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

34. Sobre estado de necessidade, legítima defesa e causas de exclusão da culpabilidade, marque a errada:

a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

b) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

c) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

d) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

e) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

35. Sobre as penas restritivas de direito, marque a correta:

a) As penas restritivas de direitos previstas no Código Penal são autônomas e substituem as privativas de liberdade.

b) Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição deve ser feita por multa; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade deve ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

c) Se o condenado for reincidente, ainda que no mesmo crime, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável.

d) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.

e) No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

36. Sobre a suspensão condicional da pena, marque a errada:

a) É conhecida na doutrina e jurisprudência como sursis.

b) Um dos requisitos para a suspensão é que o condenado não seja reincidente em crime culposo.

c) Durante o prazo da suspensão, o condenado ficará sujeito à observação e ao cumprimento das condições estabelecidas pelo juiz.

d) O primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana.

e) A suspensão não se estende às penas restritivas de direitos nem à multa.

37. Sobre os crimes contra o patrimônio, marque a correta:

- a) Configura agravante o cometimento do furto durante o repouso noturno.
- b) Extorsão indireta consiste na conduta de exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento cível ou criminal contra a vítima ou contra terceiro.
- c) Há apropriação indébita tanto na conduta de se apropriar de coisa alheia móvel de que se tem a posse, como a conduta de se apropriar de coisa alheia móvel de que se tem a detenção.
- d) Configura abuso de incapazes a conduta de abusar, apenas em proveito próprio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo apenas de terceiro.
- e) O crime de receptação somente é punível se conhecido o autor do crime de que proveio a coisa.

38. Sobre os crimes da Lei de Drogas, marque a errada:

- a) Há previsão de crime culposo na Lei de drogas.
- b) Conduzir veículo automotor após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, é crime previsto na Lei de Drogas.
- c) O crime de associação para o tráfico se configura com a associação de duas ou mais pessoas.
- d) O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a

quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

- e) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**39. Sobre o processo penal e o juiz de garantias, marque a correta:**

- a) Apenas o preso em flagrante será encaminhado à presença do juiz de garantias no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 15 (quinze) dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.
- c) A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, inclusive as de menor potencial ofensivo, e cessa com o recebimento da denúncia ou queixa.
- d) Recebida a denúncia ou queixa, as questões pendentes serão decididas pelo juiz das garantias.
- e) As decisões proferidas pelo juiz das garantias vinculam o juiz da instrução e julgamento.

40. Sobre o Inquérito Policial, marque a errada:

- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a

apuração das infrações penais e da sua autoria.

b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, pode ser sem ela iniciado, mas a denúncia somente poderá ser oferecida se juntada a representação.

c) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

d) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

e) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

41. Sobre a ação penal, marque a correta:

a) Nos crimes de ação pública, esta sempre será promovida por denúncia do Ministério Público.

b) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou colateral até o quarto grau.

c) A depender do crime praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal poderá ser pública ou privada.

d) A representação será irretratável em qualquer hipótese.

e) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

42. Sobre a prova testemunhal, marque a errada:

a) Toda pessoa poderá ser testemunha.

b) O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

c) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

d) Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, sentenciará condenando desde logo a testemunha.

e) O juiz poderá aplicar à testemunha faltosa uma multa, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência, e condená-la ao pagamento das custas da diligência.

43. Sobre a prisão, marque a correta:

a) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão em flagrante, o preso aguardará em cela separada a chegada do Delegado de Polícia.

b) Se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade, independentemente da lavratura de auto de prisão em flagrante.

c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

d) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

e) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização policial.

44. Sobre a transação penal, marque a errada:

a) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Pùblico poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

b) Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

c) Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Ministério Pùblico para homologação.

d) A pena restritiva de direitos ou multa aplicada não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

e) Da sentença que aplica pena restritiva de direitos ou multa cabe apelação.

45. Sobre a Lei Maria da Penha, marque a correta:

a) Somente se aplica em ações criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

b) A ofendida pode propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado

de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

c) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do oferecimento da denúncia e ouvido o Ministério Pùblico.

d) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento de multa, mesmo que cumulada com outra pena.

e) Os atos processuais não podem ser realizados em horário noturno.

DIREITO CONSUMIDOR

46. São direitos básicos do consumidor, salvo:

a) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

b) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações proporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem onerosas.

c) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

d) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

e) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

47. Conforme o Código de Defesa do Consumidor, o consumidor pode ser considerado como:

- a) Algumas pessoas físicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço como destinatário final.
- b) Algumas pessoas físicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço como meio para transmitir a outras pessoas, obtendo lucro.
- c) a pessoa jurídica, multinacional, que adquire produtos para revenda.
- d) toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- e) coletividade de pessoas determinadas, ainda que não haja intervindo nas relações de consumo.

48. Quanto às práticas comerciais disciplinadas pelo Código de Defesa do Consumidor, assinale a resposta correta.

- a) os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto cessar a fabricação ou importação do produto.
- b) é permitida publicidade enganosa ou abusiva.
- c) é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.
- d) é possível ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- e) é possível ao fornecedor de produtos ou serviços elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

49. São impróprios ao uso e consumo:

- a) os produtos cujos prazos de validade não estejam vencidos.
- b) os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.
- c) os produtos de acordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação.
- d) os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos.
- e) os produtos em perfeito estado de conservação.

50. Sobre a responsabilidade por vício do produto e do serviço, assinale a resposta incorreta.

- a) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
- b) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.
- c) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

d) a garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

e) no caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.